



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Processo n.º 50362-54.2019

Assunto: COSAD – Contratação de Serviços Auxiliares – Eleições 2020

Parecer n.º. 408/2020

1. Publicado o Edital n.º 45/2020, com vistas à contratação de serviços auxiliares para as eleições 2020, para atuação nos Cartórios Eleitorais, locais de armazenamento de urnas e locais de votação, o Grupo Seres, por meio de correspondência eletrônica acostada por meio do documento n.º 1197605, apresentou pedido de esclarecimentos acerca de sete questões relacionadas ao objeto do certame.

1.1. Em um dos questionamentos encaminhados, a empresa sinaliza que a estimativa de preço da Administração foi baseada na Convenção Coletiva de Trabalho de 2019-2020, que indica salário profissional inferior ao mínimo nacional.

1.2. A Seção de Análise e Aquisições, provocada pelo Pregoeiro responsável pela condução do procedimento, consignou que *“se valeu, para elaboração da estimativa, da CCT SEAC/BA x SINDILIMP, juntada nos autos sob o número 0041076, registrada no MTE sob o número BA000720/2019, em 18/12/2019. A Lei do Salário Mínimo foi sancionada em junho de 2020. Sugerimos que os autos sejam submetidos ao crivo da Administração, para análise quanto a este aspecto, caso de fato o piso salarial adotado esteja em patamar inferior ao Salário Mínimo”*.

1.3. No documento n.º 1197920, o Pregoeiro informou ainda que a Convenção Coletiva de Trabalho mais recente, efetivamente, é a que foi utilizada pela SEAQUI, que estabelece, no seu Anexo I, o piso normativo de **R\$ 1.040,92** para o Auxiliar Administrativo, valor abaixo dos **R\$ 1.045,00** em vigor desde primeiro de fevereiro, a partir da emissão da Medida Provisória 919/2020, convertida na Lei n.º 14013/2020, sancionada em junho p.p.

1.4. Tratando-se de um benefício, o menor salário que pode ser pago a um profissional pela sua jornada de trabalho, de acordo com sua profissão, jamais poderá ser inferior ao mínimo, salvo melhor juízo. Portanto, *in casu*, parece-nos a planilha da Administração deverá ser revisada, para considerar o valor do salário mínimo como salário-base do Auxiliar Administrativo Operacional e do AAOP (adequando-se, como consequência, as rubricas calculadas com base neste valor). No que couber, deverá ser mantida a observância das prescrições da CCT 2019-2020.

1.5. Quanto a questão do item 2, entendemos que foi adequadamente enfrentada pela SEAQUI.

(Fl. 2 do Parecer nº 408/2020)

2. Após os ajustes ora alvitados, a informação de disponibilidade orçamentária deverá ser atualizada e o instrumento convocatório deverá ser republicado.

É o parecer.

Salvador, 04 de agosto de 2020.

Claudia Costa
Analista Judiciária